



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº25/2017

----- Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes, estando presentes os Vereadores, Luis Filipe Santana Dias, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, A Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o Período de Antes da Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu conhecimento da necessidade de realizar uma reunião extraordinária da Câmara no dia 28 de dezembro, pelas dez horas, para apresentação de candidaturas ao ALENTEJO 2020 – no âmbito de PORTUGAL 2020.-----

----- Deu ainda conhecimento que o prazo para apresentação das candidaturas decorrerá até ao dia 29 de dezembro.-----

----- Todos os Vereadores concordaram com a data proposta para a realização da reunião extraordinária da Câmara.-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 23/2017, referente à reunião ordinária de vinte e quatro de novembro. -----

----- Aprovada a ata nº 23/2017, por unanimidade dos presentes com direito a voto (7 votos a favor). -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: um milhão, quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e oito euros e oitenta e nove centavos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e quarenta e seis mil, setecentos e dezasseis euros e noventa e quatro centavos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS; -----

----- ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR – RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 3º. TRIMESTRE - 2017; -----

----- FESTA DE NATAL DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR – 21/12/2017 - OFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção para solicitar que no futuro o número de assuntos a incluir nas discussões das reuniões de Câmara atenda á sua complexidade e importância, opinando ser do interesse municipal que a discussão dos assuntos abordados seja fruto de uma reflexão e de um estudo compatível com o prazo que é disponibilizado para o completo escrutínio dos assuntos em debate, e que permita, em primeira instância, captar o melhor contributo de todos. -----

----- A segunda questão é para dizer que ainda não obtivera nenhum tipo de informação ou esclarecimento sobre a intervenção que decorre há meses no espaço público na Zona Industrial de Rio Maior sem intervenção da Câmara Municipal. Sendo esta a minha quarta interpelação sobre o referido assunto, considerando muito grave a não intervenção do município com consequências e precedentes incertos”. -----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se congratular com a participação no jantar comemorativo dos vinte e cinco anos da Escola Profissional de Rio Maior felicitando todos os que conseguiram levar esta Escola a bom porto. Opinou que para Rio Maior é motivo de orgulho ter um polo aglutinador de trabalho ao nível do ensino. Disse que a Escola Profissional tem alguns desafios orçamentais referindo que essas dificuldades devem ser ultrapassadas pela Direção da Escola e pela Câmara Municipal. -----

----- De seguida deu nota de uma notícia referente ao prémio de ficção narrativa “Ferreira de Castro” que foi realizado pela Câmara Municipal de Sintra e atribuído a alguém que tem ligações a Rio Maior, referindo que Ferreira de Castro não sendo natural de Sintra tem um museu naquela Vila. Disse que de imediato se lembrou da ideia de valorização e desenvolvimento cultural do poeta Ruy Belo sugerindo que a Câmara coloque o seu foco de especialização naquilo que é o desenvolvimento cultural através de várias iniciativas, sendo uma delas a marca poeta Ruy Belo. Disse ainda que no site

da Câmara Municipal de Sintra se pode ler que esta Câmara vai editar o prémio Poeta Ruy Belo e opinou ser mau de mais, para ser verdade, que a terra, o município onde nasceu o poeta, não faça nada para a valorização da sua obra e do seu património, e que outros concelhos e outros municípios por onde o poeta passou ocupem o espaço que deveria ser ocupado por Rio Maior.-----

----- Sugeriu que através desta informação pública que a Câmara Municipal de Sintra está a veicular, da intenção de criar o prémio poeta Ruy Belo, Rio Maior possa também ser uma entidade liderante neste processo e que se associe a Sintra através do citado prémio de valorização artística, literária e cultural e que através desta iniciativa possa haver outro tipo de iniciativas de valorização turística. Disse ainda que Sintra é uma marca cultural e turística fortíssima, referindo que Rio Maior só tem a ganhar, caso se junte aos melhores. Disse também que outros municípios têm intenção de valorizar o Poeta Ruy Belo, referindo que existe uma rede que se pode criar e que poderá valorizar o município de Rio Maior. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre a intervenção ao Vereador Daniel Pinto, relativamente ao prémio Ferreira de Castro informou que o mesmo foi atribuído a uma Senhora casada com um riomaiorense. Disse ainda que, também leu a notícia publicada no site da Câmara Municipal de Sintra, sobre o lançamento do prémio Poeta Ruy Belo, referindo que este lançamento não é novo considerando que foi lançado em dois mil e oito, data em que a Câmara Municipal de Rio Maior também criou o prémio Poeta Ruy Belo e que, apesar de constar do regulamento, apenas foi implementado um ano. De seguida prestou uma breve explicação sobre as diferenças entre o regulamento da Câmara Municipal de Sintra e o regulamento da Câmara Municipal de Rio Maior. Informou ainda que está agendada uma reunião com o Presidente da Câmara Municipal de Sintra, que tem o pelouro da Cultura, para dia nove de janeiro. Finalizou a intervenção endereçando um convite ao Vereador Daniel Pinto para estar presente na citada reunião.-----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Informou o Vereador João Teodoro Miguel, no que se refere às obras no espaço público da Zona Industrial, que o processo está a decorrer no Gabinete Jurídico para o devido andamento, dado que a fiscalização já foi feita e o proprietário da obra já foi informado.-----

----- **JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que o processo está a decorrer e as obras também estão a decorrer. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Iniciou a intervenção agradecendo á Vereadora Ana Figueiredo todo o trabalho que está a desenvolver na área da cultura. -----

----- Seguidamente referiu-se às comemorações dos vinte e cinco anos da Escola Profissional, agradecendo a todos aqueles que a idealizaram e que ao longo destes vinte e cinco anos a fizeram crescer, e a projetaram até aos dias de hoje, como uma Escola de referência, quer regional, quer nacional. Disse ainda que este agradecimento é extensível aos alunos e encarregados de educação que ano após ano a escolhem e a fazem crescer desta forma. -----

----- Justificou a ausência do Vice-Presidente nas referidas comemorações e salientou que a presença do Executivo foi importante para transmitir, a toda a comunidade da Escola Profissional, o gosto e o empenho, em continuar a fazer desta Escola, uma referência no ensino e na formação do concelho, preparando os estudantes para o mercado de trabalho. -----

----- Também agradeceu ao Vereador Lopes Candoso todo o trabalho realizado em prol do desenvolvimento da referida Escola, ao longo destes oito anos, sempre em defesa da mesma junto da tutela e também em muitas outras instâncias. Frisou que noventa por cento dos seus alunos têm sucesso, ano após ano, em termos de enquadramento no mercado de trabalho ou de ingresso no ensino superior. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I – DESPACHO N.º 109/2017 - AJUSTE DIRETO, NO ÂMBITO DO ACORDO QUADRO CELEBRADO NA SEQUÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2017/CCE – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – ADJUDICAÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 109/2017, exarado pela Senhora Presidente da Câmara no dia 27 de novembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou: -----

----- A adjudicação do “Fornecimento de Energia Elétrica” à empresa EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A., até ao montante de € 2 470 365.85 (dois milhões quatrocentos e setenta mil, trezentos e sessenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor; -----

----- A notificação ao adjudicatário para que, nos termos do n.º 2 do artigo 77º do CCP, no prazo de 3 dias a contar da data da notificação da adjudicação, apresente os documentos de habilitação solicitados no ponto 10 do convite do procedimento, bem como, no prazo de 10 dias, prestar a caução devida referente a 5% do valor total da adjudicação. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º 111/2017 – AJUSTE DIRETO, NO ÂMBITO DO ACORDO QUADRO N.º 06/2017, CELEBRADO NA SEQUÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2017/CCE – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 111/2017, exarado pela Senhora Presidente da Câmara no dia 7 de dezembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou a aprovação da minuta de contrato do procedimento para “Fornecimento de Energia Elétrica” conforme proposto. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO DA SRª PRESIDENTE DA CÂMARA, DATADO DE 24 DE NOVEMBRO – EMPREITADA DE REPARAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – LOTE 5 – REABILITAÇÃO DE ZONAS PEDONAIS E DE VIAS DE ACESSO NO CONCELHO - PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho, exarado pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, no dia 24 de novembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a autorizar a prorrogação do prazo, a título gracioso, da empreitada em apreço, pelo período de 60 dias, nos termos do n.º 2 do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, bem como a aprovação do plano de trabalhos ajustado em conformidade com o prazo autorizado. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- O Vereador João António Lopes Cadoso ausentou-se da sala durante a discussão e votação dos Pontos II, III e IV por estar impedido de votar. -----

----- **PONTO II – ORÇAMENTO, PLANO DE ATIVIDADES E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA O ANO DE 2018 DA DESMOR, E.M.S.A** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das disposições

conjugadas no artigo 42º da Lei n.º 50/2012, 31 de agosto e nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 24º e n.º 2 do artigo 28º dos Estatutos da Desmor, E.M., S.A., que o sentido de voto do representante da Câmara Municipal de Rio Maior na Assembleia Geral da Empresa, seja favorável à aprovação dos instrumentos de gestão previsional para o ano de 2018 apresentados pela empresa bem como à aprovação da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro conjugada com o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Indicou o seu sentido de voto como abstenção. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Acerca deste ponto referiu que a Desmor desenvolve uma função muito importante e valorizadora no município de Rio Maior. Disse que o desporto no município não se concentra única e exclusivamente na Cidade e no Centro de Estágios opinando que nos projetos “Mais Desporto e Mais Saúde” e não só, a Câmara Municipal deveria ter outro tipo de intervenção. -----

----- Sobre a inauguração dos Campos de Ténis e da Escola de Ténis realçou o trabalho que está a ser desenvolvido e que, em sua opinião, é meritório. -----

----- Sobre a gestão dos Recursos Humanos referiu sentir-se alguma insatisfação na empresa Desmor e opinou que a valorização profissional de alguns profissionais da empresa não está a acontecer, assim como tem conhecimento de um certo desconforto e de um ambiente que não é o melhor dentro da empresa. Continuou a intervenção dizendo que tem algumas dúvidas sobre a coesão e a harmonia no funcionamento da citada empresa e, concretamente, até o respeito de posições legais no que respeita ao fornecimento de energia elétrica e do serviço de água. -----

----- Terminou a intervenção felicitando toda a equipa da empresa Desmor pelo bom trabalho que desenvolvem. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Começou por referir que o PS está a mudar de discurso e não percebe porquê. Referiu ainda que há oito anos que foi implementada naquela empresa uma gestão profissional que não existia. Disse ao Vereador Daniel Pinto que as dúvidas que ele tem podem ser confirmadas e provadas pelos resultados financeiros desta empresa. Referiu que a Desmor gere oitenta postos de trabalho e que é normal que existam alguns desconfortos fruto da conjuntura. Informou também que as receitas próprias da empresa ultrapassam as percentagens impostas pela legislação. Finalizou desejando um excelente dois mil e dezoito e muitos sucessos para a empresa e para todos que com

ela colaboram direta ou indiretamente. Frisou que as receitas próprias da empresa ultrapassam e muito as percentagens impostas pela legislação em vigor. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** com a abstenção dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Interveio para dizer que nos oito anos em que lidera a Câmara é a primeira vez que há abstenção no Orçamento da Desmor. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador João Teodoro Miguel** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Abstenho-me desta vez neste ponto porque considero que as despesas inerentes ao consumo de energia elétrica e de água não estão a ser suportadas pela empresa, como decorre das imposições legais mas sim pelo município de Rio Maior. Solicito que antes do término do exercício de 2018 se alterem estas circunstâncias por forma a cumprir o estipulado por lei. -----

----- Senhora Presidente, vou estar atento a estas circunstâncias”. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Abstive-me neste ponto porque considero que na empresa Desmor existe um desequilíbrio ao nível da gestão de Recursos Humanos e de valorização das pessoas e também porque ao nível do serviço de água e do serviço de distribuição elétrica não fiquei claro relativamente aos reais custos que a Desmor suporta e a relação que estabelece com a Câmara Municipal de Rio Maior a esse nível”. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Luis Filipe Santana Dias** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Em primeiro lugar parabenizar a empresa Desmor por tudo o que tem alcançado até aqui. Um trabalho iniciado pelo Dr. Carlos Coutinho nesta gestão profissionalizada e habilmente continuada pela Dra. Diva. Muito obrigado pelo vosso trabalho. -----
Gostava realmente de partilhar das preocupações, pese embora, ache que a gestão profissional que é feita daquela casa contemplará, obviamente, o cumprimento da lei, e depois dizer que, ao contrário da opinião do Vereador Daniel Pinto, partilho frequentemente opiniões com funcionários daquela casa e iria deixar no ar uma recomendação ao Dr. Daniel Pinto, se por ventura as opiniões das pessoas ou da pessoa que tem recolhido e que, ao que parece, lhe transmite que há mau ambiente na Desmor , tirar-se um bocadinho da sua posição e ver se o mau ambiente possível que há na Desmor não são precisamente provocados por essas pessoas”. -----

----- **PONTO III – CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2018 DESMOR, E.M.S.A** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face do proposto e nos termos do artigo 26º dos Estatutos da Desmor, EM, SA conjugado com o artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, propor à Assembleia Municipal a aprovação do contrato programa para o ano de 2018 a celebrar entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a Desmor, E.M., S.A. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que a Desmor é efetivamente uma empresa que representa o Município na área do desporto e da atividade desportiva e que constitui uma imagem e uma aposta incontornável realizada já há vários anos e que reformulou a imagem do concelho e o potenciou de forma significativa, como é exemplo a vinda da Escola Superior de Desporto do nosso concelho dinamizando profundamente a atividade económica do concelho.-----

----- Disse ainda que, atendendo ao sentido de voto que manifestara no ponto anterior, recomenda para o próximo exercício que a verba a conceder a título de subsídio de exploração seja revista por forma a compensar os valores de encargos atualmente assumidos pelo município encontrando assim aquelas que são as obrigações e imposições legais para as duas instituições, Câmara Municipal e Desmor.-----

----- Terminou a intervenção referindo que a empresa Desmor tem estado a fazer um trabalho meritório mas há que efetivamente conjugarmos e enquadrarmos na lei aquilo que efetivamente tem de ser enquadrado. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV – INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2018 – ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face do disposto no artigo 42º da Lei n.º 50/2012, 31 de agosto e do n.º 2 do artigo 26º e do artigo 27º dos Estatutos da Escola Profissional de Rio Maior, aprovar os instrumentos de gestão previsional para o ano de 2018 apresentados pela Escola Profissional de Rio Maior. ---

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Interveio para dizer que analisou os documentos e conclui que a Escola ao longo destes vinte e cinco anos de existência tem-se pautado por uma gestão correta e eficiente. Felicitou todos os que têm estado à frente da citada Escola ao longo destes vinte e cinco anos salientando que é um orgulho para Rio Maior ter uma escola como esta. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Interveio para desejar os maiores sucessos à Escola Profissional para o ano de dois mil e dezoito, dizendo que conjuntamente vão trabalhar no sentido de ultrapassar as dificuldades que vão sendo colocadas para continuar a fazer crescer a Escola Profissional, como sempre tem acontecido. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- O Vereador João António Lopes Cadoso voltou à sala de reuniões. -----

----- **PONTO V – 5ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA 2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de Modificação Orçamental – 5ª Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa 2017, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VI – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2018, MAPA DE PESSOAL E ATUALIZAÇÃO DE TAXA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018. -----

----- Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2018, conforme o previsto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. -----

----- Deliberou ainda decidir que o montante dos encargos relativos a remunerações e aos postos de trabalho previsto no Mapa de Pessoal e para os quais se preveja recrutamento, é o que consta no orçamento municipal para o ano de 2018. -----

----- Deliberou também, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a atualização da taxa prevista no artigo 20.º do Regulamento de Exploração da Estação de Camionagem de Rio Maior por remição do artigo 39.º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Fez a seguinte intervenção que se transcreve: -----

-----“Este documento espelha aquilo que será o nosso trabalho no ano dois mil e dezoito. Este documento representa aquilo que definimos e que nos propomos fazer, compromissos assumidos e atividades, sabendo que deixamos sempre aquela margem

necessária para as situações que nos vão sugerindo ao longo do ano. Dizer que não me assusta nada apresentar este Orçamento e dizer, até por experiência acumulada, que as nossas taxas de execução dos Orçamentos são superiores a oitenta e cinco por cento, algo que nos tranquiliza, porque quando dizemos que um Orçamento é uma previsão, temos a preocupação de fazer mais do que isso, ou seja, fazer o Orçamento o mais ajustado possível, contemplando os compromissos anteriormente assumidos, quer internamente, quer com a banca e com os fornecedores, mas, principalmente, os compromissos assumidos no âmbito de contratos e acordos já assinados, nomeadamente, no que diz respeito ao Portugal 2020, em que este será o ano de grande execução, sabendo que existem avisos que ainda não abriram e que, de uma forma ambiciosa, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional pretendem que sejam executados em dois anos, o que, provisionalmente, seria para executar em cinco anos. A preocupação da Câmara é executar o mais possível e apresentar as candidaturas ainda este ano, daí a realização duma reunião extraordinária e assim, aprovar o maior número de projetos possíveis e atingir uma maior taxa de execução". -

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Fez a seguinte intervenção que se transcreve: -----

----- "Efetivamente concordo com a Senhora Presidente quando diz que é a discussão mais importante para o município quando se apresenta um documento desta natureza porque ele reflete o que vai ser feito ou o que não vai ser feito. -----

----- Assim, visando contribuir de uma forma adequada para o desenvolvimento do concelho de Rio Maior o Partido Socialista propôs a inclusão de algumas medidas inseridas nas Grandes Opções do Plano e do Orçamento de dois mil e dezoito que considerávamos extremamente importante para o desenvolvimento do nosso concelho e que infelizmente não foram atendidas. Lamentamos ainda não termos sido chamados a participar na discussão do presente documento. -----

----- No que diz respeito aos investimentos apontados como mais importantes para executar no ano de dois mil e dezoito e o que vem destacado aqui, é o Plano de Ação de Regeneração Urbana, Revitalização da Frente Ribeirinha, sendo incerto se o município irá aproveitar esta grande oportunidade para requalificar o leito do rio Maior tal como propusemos na proposta que referi anteriormente. A requalificação da moagem Maria Celeste e zona envolvente, sendo apontado como um investimento prioritário para dois mil e dezoito, aproveito para perguntar se o município já dispõe de informação sobre o que pretende desenvolver para esta zona, sendo certo que, idealmente a intervenção em causa, deveria ser pensada de uma forma concertada com as outras intervenções que se preveem para o local, não só em termos de obra e de organização do espaço urbano, mas em termos de dinamização do próprio espaço. -----

----- Vem também como uma ação estratégica a diminuição das perdas de água na zona piloto do via-vai e tendo sido apresentado por uma empresa uma proposta de solução para a resolução daquele problema, e, tendo eu efetuado uma análise aos dados que me foram apresentados numa sessão por essa mesma empresa, dos dados apresentados bem como de todas as incertezas interrogações e indefinições apresentadas pelo técnico da empresa, permitiu adicionar a estes dados, outras variáveis e outras metodologias, que põem em causa o sucesso da resolução do problema. A mero título de exemplo, refira-se os exemplos das intervenções feitas recentemente na zona do Centro de Saúde que não resolveu em nada e também na zona da Vila da Marmeleira em que foi realizado um investimento muito significativo sem que o problema ficasse resolvido a todos os níveis. -----

----- O problema das águas é um problema complexo que exige uma visão global do sistema, integrando todos os seus componentes, toda a sua estrutura técnica e operacional. Só com essa visão global e com essa preparação para lidar com os problemas é que podemos almejar que eles sejam resolvidos. -----

----- Constatei ainda que neste Orçamento, e peço um esclarecimento, existir uma eventual discrepância no valor da despesa da água na compra, dado que, com o mesmo código, há duas rubricas, em que uma, na página quarenta e cinco, indica um milhão duzentos e setenta e dois mil duzentos e setenta e dois euros e na página setenta e dois, tem o mesmo número. Existe aqui uma diferença de três mil euros, mas pode haver uma razão técnica e gostaria de ser esclarecido sobre isso. -----

----- Da análise aos valores contemplados neste Orçamento de dois mil e dezoito, e estou-me a referir ainda em particular às águas, comparativamente ao Orçamento de dois mil e dezassete, constata-se uma redução na compra de água no valor de menos cento e cinquenta e um mil e trinta euros e um aumento da receita em cento e setenta e sete mil oitocentos e noventa e um euros. Ora somando estes dois valores, o da compra e o da venda, representa uma diferença de trezentos e vinte e oito mil, novecentos e vinte e um euros face aos valores de dois mil e dezassete”. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Fez a seguinte intervenção que se transcreve: -----

----- “Este é de facto o ponto principal e um ponto quase que fulcral e original da nossa ação política e, portanto, à Câmara Municipal deve caber ressintetizar neste documento as principais linhas de orientação e daí as Grandes Opções do Plano. E foi nesse sentido, quando se fala de Orçamentos Participativos e Orçamentos Participativos Jovens, que nós, também pela primeira vez, do ponto de vista formal, apresentamos uma proposta por escrito e por isso ficámos na expectativa de receber da sua parte e do Executivo um “feedback” e é assim que é o processo de comunicação. Ficamos na

expectativa de sermos chamados para discutir essas propostas e de dizerem se era possível ou não atender as mesmas e porque razões, e portanto esta é a minha primeira nota de desagrado e de desconforto relativamente a essa atitude, ou seja nós não gostámos de não termos sido chamados à Câmara Municipal, como fomos sempre no passado, para discutir os temas. Depois porque acreditamos que as medidas que aí apresentámos e que estavam no nosso programa e que faria todo o sentido aplicar, são medidas valorizadoras da nossa organização coletiva, nomeadamente, e a saber: as questões relacionadas com a gestão pública do abastecimento de água, que também espelhámos nessa proposta, com o tarifário da água, com as questões relacionadas com o espelho de água da Requalificação da Frente Ribeirinha e também com a medida do cheque bebé, que nos parecia interessante. Não obstante essas propostas e outras propostas que temos vindo a apresentar, nós entendemos que este Orçamento não reflete o nosso pensamento, as nossas ideias, e por isso não poderíamos nunca ter aqui uma posição de concordância. Mas, ainda assim, queremos dizer que a Câmara Municipal, as suas equipas técnicas fizeram o seu trabalho técnico, o trabalho que deve ser feito para que o documento seja bem organizado e seja, no fundo, um documento que reflita as opções políticas do Executivo e ainda que existam alguns valores e algumas evidências obviamente positivas. Refiro ainda um mapa que diz (embora isto sejam previsões) que a Cultura passa de dois mil e dezassete para dois mil e dezoito, de 2.17, para 5.03, em termos de peso relativo, no valor total. O Desporto Recreio e Lazer, está nos 7.57 e passa para 6.23. -----

----- Podemos analisar mais detalhadamente e perceber que há aqui melhorias e há outras iniciativas de retração, mas podemos sempre dizer que de facto isto é uma previsão, e o que verdadeiramente interessa é o que acontece ao longo do ano e a capacidade que a Câmara Municipal vai ter de materializar as suas ideias e o seu plano.-

----- Nós acreditamos que há aqui um espaço de inovação e de criatividade que não está aqui espelhado e por isso o documento devia refletir mais ousadia, mais criatividade, mais inovação e que devia, por isso, estar ao serviço das nossas empresas e porque este documento também reflete aquilo que são as medidas que vêm a seguir e que vamos votar, nomeadamente algumas incongruências, algumas insuficiências e alguns desequilíbrios, relativamente àquilo que se diz, por um lado, e se aplica por outro, como por exemplo, medidas de apoio à captação de investimento, por um lado, e alguma discordância, quando se tomam medidas de derrama e de taxa de comparticipação variável do IRS, próximo dos limites máximos. A nossa ação política deve fazer sempre uma leitura do território e da região e se nós temos municípios que concorrem com Rio Maior a vários níveis, e se têm políticas de desagravamento fiscal e de incentivo à captação de empresas, num determinado sentido, o que Rio Maior não

tem tido e que espelha aqui e o que vamos aprovar a seguir, vamos ter a oportunidade de analisar e discutir.-----

----- Este documento é um documento chave, central e que vai sintetizar todas essas políticas e que, no nosso entendimento é desequilibrado e disfuncional, no sentido em que promete um caminho, mas depois as ações concretas que a Câmara Municipal tem que tomar, nomeadamente, do ponto de vista de incentivo à atividade económica e do incentivo fiscal não nos parece que sejam medidas competitivas numa escala regional e basta analisar as práticas dos outros municípios para percebermos que não é o melhor caminho”. -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Fez a seguinte intervenção que se transcreve: -----

----- “Se é tão verdade que todas as áreas e todos os Orçamentos merecem a nossa responsabilidade e a nossa intervenção na nossa estratégia podemos também definir aqueles que achamos que merecem uma maior intervenção pelo menos no ano que se segue. Daquilo que é a Educação e a Promoção Ambiental gostaria de dizer que este Orçamento marca o início de uma estratégia de desenvolvimento sustentado e que tem em conta, não só a necessidade da abordagem com as gerações atuais e futuras, acerca destes temas, mas também uma abordagem mais dinâmica mais ativa e mais inclusiva. Por isso agradeço também aos meus colegas do Executivo que comigo concordam nesta matéria, tornar a nossa cidade e fomentar aqui esta parte que também se prende com aquilo que é o empreendedorismo social”. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Fez a seguinte intervenção: -----

----- “O presente documento apresenta a receita distribuída por três grandes rubricas. a primeira decorrente do conjunto de encargos resultantes da normal atividade do municipal e competências atribuídas; a segunda de resposta ao endividamento e consequente diminuição do mesmo e a terceira, e última, aquela que espelha o financiamento dos investimentos politicamente escolhidos como prioritários.-----

----- Após o termo da conjuntura económica opressora que Portugal atravessou e feito o trabalho de casa necessário para o município ultrapassar a difícil situação económica em que se encontrava acham-se reunidas as condições para novo salto ser dado. -----

----- Assim, para além dos investimentos decorrentes de candidaturas já tão divulgadas e faladas, destaco o “início” do combate à diminuição de perdas de água na zona piloto do via-vai, daí o agradecimento feito pelo Vice- Presidente na última reunião de Câmara à compreensão do Executivo a quando da discussão e distribuição de verbas pelas diferentes rubricas. Porém, o ano dois mil e dezoito, a nível orçamental vai exigir de toda

a Equipa da Cultura e Turismo um esforço redobrado para implementar as atividades já existentes e ainda alargar aquelas que, por via do sucesso alcançado, urge “dar o salto”, tornando-as mais abrangentes, dinâmicas e de raio de ação alargado. -----

----- No que concerne à Educação, a aprovação da candidatura ao combate e promoção do sucesso escolar irá permitir uma nova dinâmica a esta área que é por natureza a pedra basilar de qualquer comunidade que se quer proativa, participativa, crítica e empreendedora, em suma, capaz de fazer e implementar as suas escolhas. Não nos podemos esquecer que estas áreas são criadoras de essência e imagem de um concelho moderno e desenvolvido. Assim a nossa ação vai-se pautar por uma conjugação de esforços articulados e partilhados entre todos nós”. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Fez a seguinte intervenção que se transcreve: -----

----- “O Orçamento da Câmara em relação ao ano dois mil e dezassete aumentou onze por cento, o que significa que quando se mantém um valor no Orçamento e se aumenta o Orçamento, o valor percentual diminui, isto é regra básica.-----

----- Depois dizer que o compromisso com o Partido Socialista foi de reduzir os valores da taxa aos munícipes consoante houvesse ganhos com os investimentos que se estão a fazer e que deveriam ter sido feitos noutras épocas, quando havia possibilidades, e que os Senhores não fizeram. Temos de olhar para aquilo que se faz e não para aquilo que se diz, porque é muito fácil falar quando não se tem responsabilidades e quando cá esteve o Partido Socialista e o Senhor Vereador representa um partido que não o fez quando o devia fazer. Dizer também que este Orçamento representa mais onze por cento em relação ao Orçamento de dois mil e dezassete, apesar de ter a influência dos Fundos Comunitários, mas há uma coisa que o atual Executivo criou, que foi a sustentabilidade financeira deste município. -----

----- Eu diria há um ano que um município que é sustentado em termos de uma dívida e com o Orçamento que temos, é um município que não pode ter uma dívida superior a dez milhões. Este Orçamento prevê que no final de dois mil e dezoito tenhamos já, uma dívida na ordem dos sete milhões de euros, e isto permite dizer que neste momento podemos recorrer à banca, a Câmara Municipal de Rio Maior tem capacidade de endividamento, quando não a tivermos durante esses oito anos. -----

----- O Executivo de maioria PSD/CDS não teve capacidade de ir à banca, mas não deixou de fazer obra, não deixou de fazer todas as atividades da Câmara Municipal, melhorou os serviços, apoiou as Freguesias, apoiou o movimento associativo e tornou a Câmara mais eficiente. Isto, o Senhor Vereador não disse porque não lhe interessava, mas quando somos “sérios” temos de dizer tudo, e não só dizer aquilo que nos interessa, e portanto, neste Orçamento, como é óbvio, e em resposta aquilo que disse, há aqui um

forte investimento nas águas para resolver problemas que os Senhores não resolveram, mas também há investimento na Zona Ribeirinha, na Moagem Maria Celeste, há a Requalificação da E:N:114 que embora não seja uma obra da Câmara Municipal, esta comprometeu-se aqui, e que o Senhor Vereador também votou a favor dessa participação, há a aposta na eficiência energética, há a continuação do apoio às Freguesias, ao movimento associativo e a todas as atividades que a Câmara Municipal faz, portanto é uma aposta clara, também na atividade económica, ao contrário do que o Senhor Vereador diz, e, tem provavelmente, a possibilidade de votar contra aquilo que nós apresentamos para a atividade económica deste concelho. Para nós até é bom que o Senhor Vereador vote contra porque se o PS votar contra, nós podemos tirar os “louros” sozinhos, daquilo que vamos conseguindo e que propomos para o Concelho de Rio Maior.-----

----- Este é um Orçamento de investimento, um Orçamento em que trinta e quatro por cento é de despesa de capital e sem estar previsto recorrer a empréstimos. Mas eu não sou contra os empréstimos, quando eles forem necessários, quando forem de interesse para determinadas obras do município e dentro da capacidade que temos, deveremos recorrer aos mesmos quando não temos capacidade financeira para realizar as obras necessárias para melhorar a vida dos Riomaiorenses”. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Fez a seguinte intervenção que se transcreve: -----

----- “Importa-me fazer aqui algumas considerações e em primeiro lugar quanto há não comunicação deste Executivo com o Partido Socialista, deixem-me dizer-vos que está na hora do Partido Socialista começar a comunicar entre si. Diz o estatuto do Direito de Oposição, que devem ser ouvidos todos os partidos com assento na Assembleia Municipal e este Executivo teve uma reunião com o Dr. Guilherme Gaboleiro e com o Dr. Filipe Vicente, sendo suposto que os Vereadores do Partido Socialista tivessem comunicado as preocupações respetivas aos seus membros da Assembleia e líderes de bancada para que nos pudessem fazer chegar essa comunicação. O diálogo não é entre os Vereadores e o Executivo, não é assim que funciona, funciona entre os elementos do respetivo partido. -----

----- Assim, começo por responder ao Vereador Daniel Pinto que disse aqui que as medidas estavam no seu programa eleitoral, mas deixe-me dar-lhe uma novidade que parece que ainda não percebeu, o seu programa eleitoral já foi sufragado pelos Riomaiorenses e perdeu, portanto o programa que este Executivo tem que implementar na obstande, possa e deva ouvir as vossas contribuições, é o programa que os Riomaiorenses puderam sufragar com uma larga maioria, e portanto, esse é o nosso sentido e ouvi-los será sempre um privilégio. Será sempre um privilégio poder construir

soluções de futuro para Rio Maior. -----

----- Obviamente que tenho uma preocupação, é que há falta de medidas próprias e os Senhores Vereadores gostam de dar “pinceladas” nas medidas da coligação porque a Frente Ribeirinha era fonte de crítica, agora está tudo ótimo, basta só ajudar a requalificar o leito do rio. Isto de pegar nas nossas propostas e de lhe “tocar” levemente no sentido de parecer uma proposta vossa, revela alguma pobreza de espírito no que respeita às medidas para que esta Câmara possa trabalhar. -----

----- Depois, dizer-lhe também que, quanto ao setor das águas, um tema que já vos transmiti várias vezes, que me é muito caro, dizer-vos claramente que discordo de alguma coisa que o Vereador João Teodoro aqui disse, nomeadamente, quanto às indefinições ou receios da empresa que foi convidada a implementar este projeto. Dizer-lhe que, provavelmente, não tivemos na mesma reunião, porque eu não ouvi assim grandes dúvidas por parte do Senhor que fez aqui a apresentação, não ouvi grandes dúvidas por parte dos nossos serviços. Preocupações, obviamente que sim, quanto às dúvidas, ou se é ou não o caminho certo, eu não fiquei com elas. -----

----- Dizer-lhe também e reforçando aquilo que disse o Vereador Lopes Candoso, nunca se investiu tanto na água, nem nunca se fez um investimento de forma tão programada e tão planeada como agora, e é menos “sério”, vir dizer para esta “casa” que as coisas estão a ser feitas quase que ao “Deus dará” e lembrando aquilo que também disse o Vereador Lopes Candoso, quando houve Fundos Comunitários para estas infraestruturas e o Senhor Vereador integrava o Executivo Municipal, aquilo que está a ser feito agora, foi um problema que não foi criado por nós, mas sim por vós. Lamento imenso, mas não reconheço ao Partido Socialista legitimidade para vir falar do problema das águas, quando o mesmo foi por vós criado. -----

----- Outra questão que queria aqui dizer é que o discurso de aumentar tudo o que é despesa e diminuir tudo o que é receita, é um discurso despreocupado de alguém que quer fazer uma oposição populista, e nós, infelizmente temos de ter os pés na terra e temos de ter a capacidade de gerir esta Câmara para que ela seja sustentada. Que esta Câmara tivesse um desenvolvimento sustentado não foi preocupação dos Executivos que nos antecederam e passo a explicar, hoje em dia a dívida tem ainda um peso substancial no Orçamento e gostava de lhe perguntar se se lembra de quem é que a fez, se se lembra de quem é que, antes das eleições de dois mil e nove, contraiu quatro milhões de dívida, esgotando a capacidade de endividamento da Câmara, porque o Senhor Vereador fazia parte do Executivo Municipal e portanto dizer que o Orçamento é pouco ambicioso, pouco audaz, muito bem, mas nós “só podemos coser com as linhas que temos”. As “linhas” que os Senhores tiveram e que poderiam ter feito melhor “costura” gastaram-nas, e, infelizmente, não investiram naquilo em que deviam ter

investido. Neste sentido gostava de vos pedir alguma compreensão e alguma “seriedade” ao Partido Socialista, para podermos encarar um documento desta importância para o futuro do Concelho e não como uma arma de arremesso “polítiqueiro” porque não estamos nesse tempo”. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Fez a seguinte intervenção que se transcreve: -----

----- “Julgo que está quase tudo dito, mas vou acrescentar que, provavelmente, é capaz de dizer que o problema que foi criado neste município, no setor das águas, quando se assinou aquele contrato em dois mil e três, que a rede estava preparada para podermos, efetivamente, de forma sustentável, assinar aquele contrato, mas não, a rede não estava preparada para aquele passo e para aquela decisão que se tomou. -----

----- Dizer também ao Senhor Vereador Daniel Pinto, e reforço as palavras que já foram referidas anteriormente, que, efetivamente, os Riomaiores não quiseram muito mais ousadia e muito mais ambição. Os Riomaiores querem que nós continuemos a resolver os problemas de ambições anteriores que ainda não estavam resolvidos, como a questão das águas, como a questão de um conjunto de investimentos, nomeadamente, o da Zona Ribeirinha, devolvendo o rio à cidade, dado que durante estes anos estivemos de costas viradas para o mesmo. -----

----- Dizer ainda que, uma das vossas propostas é precisamente a despoluição do rio Maior, a qual,, implicitamente, está contemplada na requalificação que será feita. Sobre o cheque bebé, julgo que a Junta de Freguesia já o fazia no passado, e continua a fazê-lo, mas como o nosso concelho está a crescer, em termos de população, julgo que não será uma prioridade, pelo menos para já. -----

----- Outra questão que também colocaram foi sobre a redução da fatura da água, quero dizer que ainda não chegou essa altura, mas vai acontecer e a questão foi devidamente ponderada, mas ainda não há condições para o fazer, mas essa redução será feita à medida que as mesmas se verifiquem.-----

----- Sobre a redução do IMI, na vossa preposta escrita, que tenho na minha secretária, que envie para os serviços e também para os meus Vereadores, e, não sei de os Senhores Vereadores estão atentos ao que se passa, quando falam que estamos a competir com outros municípios, mas existem municípios no nosso distrito que estão a aumentar IMI. Estamos com uma taxa de 3.8, mantivemos o mesmo valor dado que já tínhamos reduzido no ano passado porque houve condições para o fazer. Não reduzimos em ano de eleições e não aumentamos a seguir.-----

----- Relativamente à questão que o Vereador João Teodoro levanta sobre a divergência entre os montantes referidos na página quarenta e cinco e na página setenta e dois, solicito ao Dr. Jorge Colaço que dê a devida explicação”. -----

----- **CHEFE DA UNIDADE FINANCEIRA E AÇÃO SOCIAL** -----

----- Prestou os esclarecimentos técnicos solicitados. -----

----- **PRESIDENTE DA CAMARA** -----

----- De novo no uso da palavra “lamentou que o Vereador Daniel Pinto tenha olhado de forma errada e mal calculada para a redução que diz, que não é correto, de investimento no desporto, mas que depois não tenha referido o apoio às freguesias e o aumento que houve para as mesmas. Vamos ser “sérios” na análise dos documentos e vamos efetivamente provar aquele que é o documento que nos propomos submeter à Assembleia Municipal e aquele que será a nossa “bíblia” para o ano de dois mil e dezoito. -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Voltou a intervir para dizer que o investimento que está a ser feito no sistema das águas, e porque se recorda que nas intervenções que nós fizemos logo no início, nós queremos fazer parte da solução e não do problema. Nós dissemos isso e vamos manter porque é essa a nossa postura. Eu penso que é um setor, como o Senhor Vice-Presidente disse, que movimenta muito dinheiro o que pode ser um problema ou uma vantagem para o município e que temos de ter isso em consideração, e, nesse contexto, as decisões que se tomam têm de ser analisadas numa vertente e com algumas variáveis que têm de ser contempladas. -----

----- Eu posso dizer que estive a fazer algumas contas e essas contas o que me dizem é que até aquilo que está programado em termos de eficiência no sistema e que foi apresentado pela empresa até ao ano dois mil e trinta e três e se for mantida essa eficiência ao longo do tempo sabe quanto é que o município vai pagar às Águas do Oeste, do desperdício que teve, pelas perdas. Tem uma noção desse valor? É uma questão do investimento e daquilo que temos que resolver, daí nós querermos fazer parte da solução e não do problema. Nós temos de fazer contas e colocar aqui outras variáveis e teremos de fazer contas até ao final para ver quanto é que o município vai gastar”. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Voltou a intervir para dizer ao Vereador João Teodoro Miguel que quanto mais rapidamente se fizer o investimento que for necessário, mais cedo se conseguiria atingir os quinze por cento, previsão que foi apresentada, por isso é que nós contratamos técnicos com conhecimento nesta área para nos ajudar a resolver este problema. E no plano que eles nos apresentam, em dois mil e trinta e três, teríamos uma redução, nas perdas, na ordem dos quinze por cento. Ou seja quanto mais cedo tivermos a capacidade de fazer os investimentos necessários na solução deste problema mais cedo esses resultados surgirão em termos de perdas. -----

----- Também teremos de ter condições financeiras para poder investir e para podermos ter equipas na rua em condições, com meios técnicos e humanos para poder ocorrer às situações que vão surgindo, de rebentamentos, de substituições e alargamento de rede. O compromisso do Executivo é que essa meta para o ano de dois mil trinta e três, seja antecipada, e o Orçamento espelha essa primeira necessidade de investimento. -----

----- Frisou que as contas que o Senhor Vereador fez, o Executivo também já as fez todas, mas ninguém fez contas quando em dois mil e três, assinam o contrato com as Águas do Oeste. Há problemas que foram negociados posteriormente, relacionados com os consumos mínimos e que ainda decorre em Tribunal. Efetivamente nós cumprimos com aquilo que é imposto em termos do Estatuto da Oposição e recebemos todos os partidos que têm assento na Assembleia Municipal, nomeadamente com os Deputados Guilherme Gaboleiro e Filipe Vicente. Sobre a questão da disponibilidade dos Senhores Vereadores para poderem colaborar connosco, será precisamente nesta reunião que o iremos perceber, e recorde que faz dois meses que tomamos posse e que jurámos e honrámos defender os superiores interesses do Concelho de Rio Maior.-

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com os **votos contra** do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. --

----- Declaração de Voto do **Vereador João Teodoro Miguel** que se transcreve na íntegra: -----

----- “De uma forma geral atendendo ao mérito global do documento apresentado considero que este é um documento escasso. Trata-se de um orçamento impreparado e sem uma visão estratégica de futuro para resolver os problemas mais significativos do concelho de Rio Maior no curto, no médio e no longo prazo. O presente documento revela ainda, infelizmente, que não consegue ser abrangente e capaz o suficiente para contemplar nenhum tipo de contributo exógeno o que permitiria fazer muito mais e melhor pelos Riomaiorenses e pelo nosso Concelho. São estes os motivos que me levam a votar contra a presente proposta”. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto contra o Orçamento porque considero que este é um documento dissonante relativamente aquilo que são as linhas estratégicas e as medidas concretas que o município vai ou pensa tomar. Considero ainda que o eixo do desenvolvimento económico e da captação da iniciativa empresarial para o nosso município, que aqui neste documento é espelhado, uma vez mais está desequilibrado face àquilo que são as medidas que nesta ordem de trabalhos desta Reunião, e a seguir vamos votar esses pontos face ao que são as medidas concretas que a Câmara Municipal pensa agora aprovar”. -----

----- Declaração de Voto da **Presidente da Câmara**, subscrita pelo **Vereador João Antônio Lopes Candoso** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto favoravelmente este documento esta proposta que trago a este órgão e que o mesmo será submetido à Assembleia Municipal por perceber claramente as condições que temos para o poder executar na sua plenitude ou perto e lamento o facto dos Vereadores do Partido Socialista votarem contra este documento, no primeiro ano e no primeiro Orçamento do mandato, sabendo porém que este é o caminho e é isto que efetivamente responde às necessidades do nosso Concelho, em todos os aspetos, sejam eles sociais, culturais, em termos de Educação, em termos do investimento propriamente dito, em termos da captação de emprego, ponto que iremos deliberar ainda na Reunião a decorrer, e este será o trabalho que iremos desenvolver a bem de Rio Maior e dos Riomaioreses”. -----

----- **PONTO VII – TAXA MUNICIPAL DIREITOS DE PASSAGEM - 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 2 do artigo 106º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei 127/2015, de 3 de setembro e da alínea b) do n.º 1 do artigo 25º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem de 0,25% para o ano de 2018. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII – LANÇAMENTO DE TAXA DE IMI – 2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia Municipal, em face da informação em apreço as seguintes taxas de Imposto Municipal sobre os Imóveis: -----

----- 1) Fixar a taxa de IMI em 0,38% sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI; -----

----- 2) Majoração de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI; -----

----- 3) Majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono; -----

----- 4) Não propor qualquer alteração à taxa de IMI prevista nos n.ºs 6, 7 e 12 do artigo 112.º do CIMI; -----

----- 5) Mais deliberou reduzir a taxa do IMI, a aplicar ao prédio ou parte do prédio

urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes **com os votos contra** do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. ---

----- Declaração de Voto do Vereador **Daniel Alexandre Pulquério Pinto** subscrita pelo Vereador João Teodoro Miguel que se transcreve na íntegra: -----

----- “O sentido de voto contra é no sentido de espelhar o meu descontentamento, relativamente ao não desagravamento fiscal da taxa do IMI e também por considerar que além do valor não ser desagravado para este ano, considerar também, que se perdeu aqui uma oportunidade de incentivar o mercado do arrendamento através de uma política de majoração do IMI para todos aqueles que querem colocar os seus imóveis no mercado de arrendamento para habitação. Já falamos desse assunto várias vezes e portanto uma vez mais esse assunto não foi contemplado nesta proposta do IMI”. -----

----- **PONTO IX – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS – 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação da UFAS de 13 de dezembro de 2017, propor à Assembleia Municipal a fixação da taxa de participação de 4,8% sobre o IRS, nos termos previstos no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes **com a abstenção** dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. –

----- Declaração de Voto do Vereador **Daniel Alexandre Pulquério Pinto** subscrita pelo

Vereador João Teodoro Miguel que se transcreve na íntegra: -----

----- “O sentido de voto vai pela abstenção porque consideramos que esta medida é dissonante relativamente àquilo que está considerado no Plano e Orçamento e, por outro lado, consideramos que numa lógica de competitividade territorial, a Câmara Municipal de Rio Maior poderia ir muito mais longe quando sabemos que outros municípios dão um contributo muito mais importante aos seus munícipes aliviando a carga fiscal ao nível da participação variável do IRS”. -----

----- **PONTO X – LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia Municipal em face da informação da UFAS de 13 de dezembro de 2017: -----

----- 1) Fixar a taxa de derrama em 1,3% sobre o lucro tributável de IRC relativo ao exercício económico de 2017; -----

----- 2) Conceder isenção total de derrama relativa ao ano de 2017 às empresas que tenham instalado a sua sede social no concelho de Rio Maior e que tenham criado, no mínimo, 3 novos postos de trabalho efetivos no concelho com essa instalação; -----

----- 3) Conceder isenção total de derrama relativa ao ano de 2017 às empresas com volume de negócios inferior a 150.000€ que, durante esse ano, tenham criado, no mínimo, 2 novos postos de trabalho efetivos no concelho, conforme previsto no artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes **com a abstenção** dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. –

----- Declaração de Voto do Vereador **Daniel Alexandre Pulquério Pinto** subscrita pelo **Vereador João Teodoro Miguel** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Optei pelo sentido de voto da abstenção porque considero que, ainda que a proposta tenha alguns aspetos positivos, relativamente à isenção da derrama para algumas iniciativas empresariais e que estão especificadas na proposta, considero, ainda assim, que a taxa geral da derrama de 1.3 está muito próximo daquilo que são os limites superiores e consideramos uma vez mais, numa lógica de competitividade territorial e regional, que a Câmara Municipal devia de ter e tem, espaço para baixar a taxa de derrama, e, aí sim, incentivar a fixação das empresas no nosso município”. -----

----- **PONTO XI - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS – ISENÇÃO PARCIAL DO IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia

Municipal, a aprovação das regras para a concessão de isenção parcial do Imposto Municipal de Imóveis aos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e aprovar a isenção mencionada na tabela anexa à proposta, conforme previsto no n.º 2 e 3 do art.º 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XII – OPERAÇÕES DE TESOURARIA – SALDOS A REVERTER A FAVOR DO MUNICÍPIO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação nº 34/UFAS/AT, autorizar que os valores constantes na mesma revertam a favor do Município como receita orçamental.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIII – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – ANO DE 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia Municipal: -----

----- 1. Emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos: a) quando resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) quando os seus encargos não excedam o limite de 99 759, 58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos; -----

----- 2. Que a assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe só se faça quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as normas resultantes da regulamentação operada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas; -----

----- 3. Que possa vir a ser delegada na Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública; -----

----- 4. Que o regime de autorização ora proposto se aplique à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos durante o ano de 2018, desde que respeitadas as condições contantes dos n.ºs 1 e 2; -----

----- 5. Que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal seja presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIV – EMPREITADA DE REPARAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – LOTE 1 – CONSTRUÇÃO E REPAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS EM FREGUESIAS DO CONCELHO – PROCESSO Nº51/2017/CP – CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar o cancelamento da garantia bancária nº GAR/17301364, emitida pelo Banco BPI S.A., no montante de 10.353,73€, prestada pela sociedade "FOSC – Faialobras, Sociedade de Construções, Lda", no âmbito do contrato de empreitada identificada em assunto, nos termos da presente informação e respetivos despachos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XV – EMPREITADA DE REPARAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – LOTE 5 – REABILITAÇÃO DE ZONA PEDONAL E DE VIAS DE ACESSO NO CONCELHO – PROCESSO Nº51/2017/CP – CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar o cancelamento da garantia bancária nº GAR/17301363, emitida pelo Banco BPI S.A., no montante de 4.721,11€, prestada pela sociedade "FOSC – Faialobras, Sociedade de Construções, Lda", no âmbito do contrato de empreitada identificada em assunto, nos termos da presente informação e respetivos despachos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVI – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, submeter à aprovação da Assembleia

Municipal o projeto do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para Alunos do Ensino Superior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Sobre o ponto em discussão disse que a Câmara Municipal de Rio Maior à semelhança de outras organizações nacionais e internacionais, poderia fazer uma gestão muito rigorosa com a elaboração de uma base de dados, com todos os riomaiorenses que estão no Ensino Superior, referindo em que áreas estão a estudar e ainda com a sua integração no mercado de trabalho.-----

----- Disse ainda tratar-se de um trabalho gigantesco, mas muito valioso naquilo que é a gestão do capital humano do município e porque se anda sempre a dizer que se deve investir nas pessoas e na sua valorização, considera que, se em Rio Maior se conseguir atingir o objetivo de fazer uma gestão ativa e dinâmica dos jovens que ingressam no ensino superior, que se estão a qualificar, e que após a conclusão do seu curso, vão regressar à sua terra para aí desenvolverem o seu trabalho e poderem ingressar nas suas organizações sejam elas públicas ou privadas, criando as condições para que os citados jovens possam residir no concelho, está a fazer um bom trabalho. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVII – ZONA INDUSTRIAL – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A AQUISIÇÃO DO LOTE Nº132, PERTENCENTE A LÓGICA TRANSVERSAL, LDA E DOS LOTES Nº133, 141 E 142, PERTENCENTES A MARMAC, LDA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações e pareceres emitidos, prescindir do Direito de Preferência sobre a aquisição dos lotes n.º 132, 133, 141 e 142 da Zona Industrial, pela sociedade “PANPOR, SA. -----

----- Mais deliberou aprovar a alteração ao uso dos lotes em causa para indústria alimentar, mais propriamente panificação e pastelaria.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVIII – ANULAÇÃO DA FATURA N.º 008/77, DE 20/11/2017, NO VALOR DE 450,00 €, EMITIDA EM NOME DE CONEXÃO D’IDEIAS UNIPessoal, LDA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitido, autorizar a anulação da fatura n.º 008/77, de 20/11/2017, no valor de 450,00 €, emitida em nome de Conexão D’Ideias Unipessoal, Lda., referente ao pagamento da renovação da licença n.º 20160014, de ocupação de espaço público com

esplanada, para o ano de 2018. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIX – REGULAMENTO DE APOIO À ATIVIDADE ECONÓMICA E EMPREENDEDORISMO NO CONCELHO DE RIO MAIOR– INICIO DO PROCEDIMENTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações e pareceres emitidos, no cumprimento do procedimento do regulamento administrativo, previsto na Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo (CPA), conforme o seu artigo n.º 98.º, da publicitação do início do procedimento e participação procedimental, desencadear o procedimento para a elaboração do projeto de “Regulamento de Apoio à Atividade Económica e ao Empreendedorismo no Concelho de Rio Maior”. -----

----- Mais deliberou, nos termos do previsto no art.º 55.º do CPA, delegar a direção do procedimento no Sr. Chefe de Divisão da Unidade Financeira. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio para dizer ao Vereador Daniel Pinto, quando pediu mais emprego e que os jovens voltassem a Rio Maior, que esta medida fazia parte do Programa Eleitoral, referindo que estão a cumprir o que se propuseram. Disse ainda que o objetivo é dar início aos procedimentos, e fazer um Regulamento amplo e variado para apoiar a atividade económica e o empreendedorismo, aumentando o dinamismo desta atividade económica no Concelho, com o objetivo de aumentar o emprego e promover o empreendedorismo, aumentando assim a capacidade de fixar empresas no Concelho. Disse também que tudo isto deve ser enquadrado num trabalho que deve ser muito mais amplo do que reduções de taxas, preços e impostos, referindo que é um trabalho que se vai iniciar para que a Câmara Municipal de Rio Maior tenha um verdadeiro Regulamento de Apoio à Atividade Económica e ao Empreendedorismo.-----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Quanto a esta matéria considerou que a existência de um Regulamento de Apoio à Atividade Económica e Empreendedorismo pode ser uma ferramenta importante para o município e para a regulação e definição dos critérios balizadores de apoio à atividade económica. Considerou ainda que a informação apresentada não é suficientemente esclarecedora na forma e nos meios com que o Regulamento vai ser apresentado. Finalizou indicando o sentido de voto como favorável questionando se existe alguma justificação para que este Regulamento não seja feito internamente. -----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Sobre a proposta apresentada opinou que criar e reforçar mecanismos de atratividade e de apoio à atividade económica e ao empreendedorismo é uma belíssima iniciativa. Disse que o Regulamento deve espelhar aquilo que é a matriz cultural e institucional e aproveitar as instituições que estão no terreno. Disse também que o Regulamento deve fomentar uma diferenciação positiva para todas as atividades, todas as empresas e todos os investimentos que possam corporizar uma estratégia de especialização para o município. -----

----- Seguidamente, referindo-se à questão do Vereador João Teodoro Miguel, disse que por vezes temos recursos internos mas recorre-se a unidades externas para fazerem o trabalho, questionando o que vai acontecer relativamente a este assunto. ---

----- VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO -----

----- Interveio para esclarecer que no passado os serviços faziam um Regulamento e depois era presente a Reunião de Câmara para aprovar, mas como a Lei mudou, para se elaborar um Regulamento tem que ser o Órgão a decidir aprovar o Início do Procedimento e a nomear um trabalhador para a direção desse mesmo procedimento. Informou também que o Regulamento será feito internamente. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Interveio para clarificar que este ponto se refere ao início do procedimento para a elaboração do projeto de “Regulamento de Apoio à Atividade Económica e ao Empreendedorismo no Concelho de Rio Maior”, voltando a ler a proposta de deliberação.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO XX – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS A INVESTIMENTOS DE RELEVANTE INTERESSE MUNICIPAL, PREVISTOS NO CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da proposta apresentada pela Sra. Presidente da Câmara, propor à Assembleia Municipal a aprovação das seguintes regras para a atribuição dos benefícios fiscais previstos no Código Fiscal do Investimento, definidas conforme o previsto no n.º 3 do art.º 16.º da RFALEI, e atendendo ao definido no Código Fiscal do Investimento: -----

----- 1 – Podem beneficiar do reconhecimento de um investimento de relevante interesse para o concelho, os sujeitos passivos de IRC que preencham cumulativamente as seguintes condições gerais: -----

----- a) Disponham de contabilidade organizada; -----

----- b) Não sejam devedores ao Estado e à Segurança Social; -----

----- c) Não sejam consideradas empresas em dificuldade nos termos da comunicação

da Comissão Europeia – Orientações relativas aos auxílios estatais a empresas não financeiras, em dificuldade; Se mantenham na empresa e no concelho durante um período mínimo de 10 anos; -----

----- 2 – São cumulativamente os seguintes critérios para o reconhecimento do relevante interesse municipal dos investimentos: -----

----- a) Valor do Investimento a realizar em aplicações relevantes ser superior a 1.000.000,00 euros; -----

----- b) Criação de postos de trabalho a criar ser superior a 5. -----

----- 3 - Consideram-se aplicações relevantes, as definidas no art.º 11.º do Código Fiscal do Investimento: -----

----- a) Ativos fixos tangíveis afetos à realização do projeto, com exceção de: -----

----- i) Terrenos destinados à exploração de concessões minerais, que não se incluam em projetos do setor da indústria extrativa; -----

----- ii) Edifícios e outras construções não diretamente ligados ao processo produtivo ou às atividades administrativas essenciais; -----

----- iii) Viaturas ligeiras ou mistas; -----

----- iv) Outro material de transporte no valor que ultrapasse 20 % do total das aplicações relevantes; -----

----- v) Equipamentos sociais; -----

----- vi) Outros bens de investimento que não sejam afetos à exploração da empresa; -

----- vii) Mobiliário e artigos de conforto ou decoração, salvo equipamento hoteleiro afeto a exploração turística. -----

----- b) Ativos intangíveis, constituídos por despesas com transferência de tecnologia, nomeadamente através da aquisição de direitos de patentes, licenças, «know-how» ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente. -----

----- 4 – Os projetos reconhecidos como de relevante interesse municipal, nos termos dos pontos anteriores, podem receber cumulativamente os seguintes incentivos: -----

----- a) Isenção de IMT relativamente aos imóveis adquiridos pelo sujeito passivo, desde que destinados ao exercício da atividade desenvolvida pelo projeto considerado de relevante interesse municipal. -----

----- b) Isenção de IMI, relativamente aos imóveis utilizados pela entidade beneficiária desde que afetos ao exercício da atividade desenvolvida pelo projeto considerado de relevante interesse municipal. -----

----- 5 – Os benefícios fiscais definidos no número anterior poderão ser concedidos por um período de 5 anos, renovável por mais 5 anos. -----

----- 6 – Documentos instrutórios do pedido de concessão de benefícios fiscais: -----

----- a) Certidão da conservatória do Registo Predial ou declaração de início de

atividade emitida pela Administração Fiscal; -----

----- b) Declaração, sob compromisso de honra em manter afeto à atividade o apoio a conceder, bem como o compromisso de manter a atividade durante um período mínimo de 10 anos; -----

----- c) Documento comprovativo do cumprimento das obrigações fiscais junto da Autoridade Tributária e Segurança Social; -----

----- d) Requerimento a solicitar os benefícios fiscais previstos no n.º 4, ao qual se deve juntar cópia do contrato promessa/escritura do negócio a realizar. -----

----- 7 - O requerente deverá ainda fornecer anualmente ao Município, até ao final do 1º semestre, durante o período de vigência dos benefícios fiscais concedidos: -----

----- a) Comprovativo do cumprimento das obrigações fiscais; -----

----- b) Mapas de pessoal; -----

----- c) Balanço e Demonstrações de Resultados. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Interveio para dizer que concorda com a quase totalidade do documento apresentado, mas considera que devia ser introduzida uma cláusula de salvaguarda de defesa do meio ambiente.-----

----- Opinou que esta é uma proposta muito boa mas que devia salvaguardar algumas questões e exemplificou com uma indústria química altamente poluente que reúna todas as condições elencadas. -----

----- Questionar também quem é que aprova e emite as licenças do Parque de Negócios. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre a intervenção do Vereador João Teodoro Miguel referiu que os projetos têm que ser reconhecidos como de relevante interesse municipal, frisando que uma indústria altamente poluente não será de interesse municipal. -----

----- Seguidamente prestou alguns esclarecimentos técnicos sobre o licenciamento e frisou que existem estudos de impacto ambiental que têm de ser considerados e aprovados. -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- De novo no uso da palavra indicou o sentido de voto como favorável, opinando que este assunto é estratégico e extremamente importante referindo que apenas pretendia deixar esta salvaguarda. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Acerca deste assunto referiu corroborar as palavras do Vereador João Teodoro Miguel. Disse que deve haver uma preocupação com a sustentabilidade da questão

ambiental e da questão ecológica referindo que não se pode reconhecer o interesse público a empresas que tenham um foco em atividades poluentes. Seguidamente disse que concorda com esta medida, com esta proposta de atribuição de benefícios fiscais, sendo esta uma proposta clara da vontade do município em atrair investimento e de criar diferenciação positiva para as empresas que cumpram com os critérios que estão definidos na proposta apresentada. -----

----- Disse ainda que a Câmara Municipal deve fazer um esforço de trabalho de especialização naquilo que são os seus segmentos de especialização, não criando regulamentos “em aberto”, mas que possam diferenciar. Disse também que deve haver um trabalho no dia-a-dia no sentido da captação de indústrias e de investimentos de empresas que vão ao encontro do que são as preocupações estratégicas de desenvolvimento das áreas prioritárias como o agroalimentar, o desporto, o turismo de natureza e outras que estão identificadas nos Planos Estratégicos. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Quanto a esta matéria disse que a Câmara Municipal nunca tinha apresentado um conjunto de medidas tão fortes de apoio ao investimento e de apoio à economia, no Concelho no mesmo dia em que aprovou o Orçamento. Disse ainda que estes investimentos de média e grande dimensão são importantes não só pelo investimento em si, mas pelo impacto que trazem na economia direta e indireta e pelos postos de trabalho diretos e indiretos que criam, referindo que atrair este tipo de investimento é dar um grande impulso na economia concelhia. -----

----- Sobre a intervenção do Vereador João Teodoro Miguel referiu que mesmo uma entidade licenciadora como o Ministério da Economia, sendo uma entidade gestora, não está isenta por Lei de pedir pareceres a outras entidades. Disse que no caso de uma indústria com alguns perigos, em termos poluentes, para obter o devido licenciamento, tem a obrigatoriedade, por lei, de pedir pareceres a todas as entidades. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXI – CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2017/CCE – AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES - CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da proposta e informação interna nº 33/SUASE/2017 e Proposta da Sra. Presidente da Câmara Municipal, ambas datadas de 06 de dezembro de 2017: -----

----- Autorizar a abertura de procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no JOUE, com vista à celebração de acordo quadro para a Aquisição de Refeições Escolares, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 20.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e na al. dd) do n.º 1 do artigo

33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- Autorizar a abertura de procedimento, estabelecendo como preços unitários máximos os previstos no anexo II à informação acima identificada, valores aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Autorizar que o Município, apresente junto da CIMLT o respetivo pedido de contratação; -----

----- Autorizar que o Município delegue no Conselho Intermunicipal da CIMLT e no seu Presidente as competências indicadas na informação supracitada, nos termos mencionados; -----

----- Aprovar as peças de procedimento apresentadas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Relativamente a esta proposta opinou que a alimentação em espaço escolar é uma preocupação e a mesma deve ser melhorada tanto em qualidade, como em quantidade. Disse que o número de jovens que chegam às escolas sem tomar o pequeno almoço, deveria ser estudado. Em sua opinião devem ser as escolas a confeccionar as suas próprias refeições, referindo que as escolas adquirem as refeições a mega empresas, e depois não se sabe onde são confeccionadas. -----

----- Terminou a intervenção referindo que a Câmara Municipal deveria acompanhar com muito detalhe e rigor este assunto, porque pode haver espaço para negociar ou renegociar com o Ministério da Educação, em conjunto com as empresas e com a CIMLT para se voltar a um modelo de produção e de aquisição de bens no concelho de Rio Maior. Garantindo assim a sustentabilidade económica, agrícola e a qualidade da alimentação, porque o que se pretende é que os jovens e toda a comunidade escolar tenham mais qualidade na sua alimentação. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer ao Vereador Daniel Pinto que compreende as suas preocupações até porque nos últimos dois meses a Comunicação Social Nacional tem feito reportagens sobre as péssimas condições em que as refeições escolares são servidas em alguns dos concelhos do País. Congratulou-se pela qualidade das refeições servidas no Concelho de Rio Maior e convidou o Executivo a almoçar num dos refeitórios e informou que as refeições são confeccionadas nas escolas. Disse ainda que as refeições das escolinhas de Vale de Óbidos, Asseiceira e do Centro Escolar de Santo António, em Fráguas são transportadas do Centro Escolar da Mina do Espadanal depois de aí serem confeccionadas. Disse também que há uma nutricionista que todos os dias fiscaliza a preparação das refeições para o dia seguinte, bem como a capitalização das quantidades servidas no próprio dia, bem como os condimentos

utilizados diariamente nos refeitórios, fazendo também a fiscalização das quantidades de pedidos entrados nos diferentes refeitórios através da comparação com o que é apresentado na fatura.-----

----- Seguidamente referiu que para um outro modelo de gestão, teria de haver a nível de recursos humanos, uma imensidão de pessoas adstritas às cozinhas que só poderiam fazer aquela tarefa e o município teria de possuir equipamentos e instalações para armazenamento de víveres e a criação de economato, salientando ainda que o modelo de gestão usado no concelho de Rio Maior é seguido pelos onze municípios da CIMLT. -----

----- Quanto aos jovens que vão para a escola sem pequeno-almoço por falta de condições económicas, recordou que foi presente a Reunião de Câmara do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezassete a autorização do suplemento alimentar, pagos por este município aos alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo. Referiu também que essa responsabilidade dos alunos do segundo e terceiro ciclos e secundário advém dos orçamentos próprios das escolas, que, normalmente, têm muita sensibilidade para tratar os casos dos referidos alunos. -----

----- Terminou a intervenção referindo que a Escola Secundária não quis olhar de maneira diferente para os seus alunos e criou o “Borleite” em que todos os alunos, sem exceção, durante o intervalo grande têm acesso a um copo de leite e a um pão com manteiga ou marmelada. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com **a abstenção** do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- Declaração de Voto do Vereador **Daniel Alexandre Pulquério Pinto** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Considero que a Câmara Municipal de Rio Maior deve refletir, assim como outros municípios, sobre o verdadeiro impacto do modelo que agora estamos a concretizar e porque considero que as escolas devem ser instituições que fomentem o desenvolvimento económico de forma sustentada, penso que as escolas devem por um lado, criar condições para que as refeições sejam confeccionadas com qualidade nutricional, e por outro lado, com produtos que são adquiridos no próprio Concelho”. ---

----- Declaração de Voto do Vereador **Luis Filipe Santana Dias** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Corroborando as palavras da Vereadora Ana Figueiredo, tenho também um contacto próximo com o nosso ambiente escolar e efetivamente verifico que houve nos últimos anos uma grande melhoria e um trabalho feito, quer pelas escolas, quer pela Câmara, no sentido de melhorar as condições de alimentação dadas aos nossos alunos e lamentar que mesmo com os esclarecimentos prestados pela Vereadora Ana

Figueiredo, porque havia a suspeita de que haveria pouca quantidade de alimentos fornecidos aos nossos alunos, e efetivamente isso não é verdade. Quanto à sua qualidade isso também não é verdade, dado que há uma nutricionista que presta serviço a esta Câmara e portanto não se facilita nisso. Dizer também que encontro alguma gravidade nas palavras “faz-se a comida sabe-se lá onde” e, se há empresas que têm que ser obviamente auditadas e com qualidade controlada, são precisamente as empresas que prestam este tipo de serviço. -----

----- Quanto ao modelo de gestão da compra ser feita aqui, obviamente no ótimo, todos concordariam com isso e seria ótimo que as escolas pudessem fazer esse tipo de trabalho não obstante as condições financeiras e de gestão para que isso seja possível, serem megalómanas. Dizer-lhe também que, enquanto Presidente de Junta tive oportunidade de participar em algumas reuniões desta Câmara e o meu amigo Vereador Daniel Pinto, fez-me lembrar, hoje, o seu colega Augusto Figueiredo que tanto lutava por essa manobra, e portanto não sei se isto é a “geringonça a funcionar mas sem dúvida é uma boa malha”. -----

----- **PONTO XXII – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE VALE CARREGADO, AGRO-PECUÁRIA, LDA – PROCESSO Nº133/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, concordar com os fundamentos constantes nos pareceres emitidos, reconhecendo o interesse público municipal dado tratar-se de uma atividade que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região, e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a abstenção dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. –

----- **PONTO XXIII – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE FERNANDO PAULO PIRES CARVALHO – PROCESSO Nº151/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, concordar com os fundamentos constantes nos pareceres emitidos, reconhecendo o interesse público municipal dado tratar-se de uma atividade que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região, e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a abstenção dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. –

----- **PONTO XXIV – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE SUIPEC – AGROPECUÁRIA, LDA – PROCESSO Nº173/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, concordar com os fundamentos constantes na informação e parecer emitido, reconhecendo o interesse público municipal dado tratar-se de uma atividade que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região, e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que tem havido sempre, por parte do Executivo, uma aprovação favorável a estes pontos referindo que o entendimento do Executivo é reconhecer a construção que já existe e que está a funcionar. Congratulou-se com o facto de um grande grupo económico ter uma exploração no Concelho de Rio Maior com um peso substancial pelo que há todo o interesse em legalizar esta edificação.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a abstenção dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. –

----- A Presidente ausentou-se da sala durante a discussão e votação do Ponto XXV por estar impedida de votar, ficando a presidir o Vice-Presidente Luis Filipe Santana Dias. -----

----- **PONTO XXV – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE SAL DE RIO MAIOR, C.R.L. – PROCESSO Nº234/2017** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, concordar com os fundamentos constantes nos pareceres emitidos, reconhecendo o interesse público municipal dado tratar-se de uma atividade que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região, e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para dizer que, por vezes, há dificuldade em tomar uma posição sobre o equilíbrio entre o desenvolvimento económico e social e o cumprimento de regras do Ordenamento do Território. Disse também que neste ponto se está perante um projeto de interesse público municipal dado estar relacionado com o desenvolvimento das Marinhas do Sal, lembrando que é imperioso para o desenvolvimento do Concelho que a Câmara Municipal consiga de uma vez por todas resolver dois assuntos relacionados com o Ordenamento do Território, nomeadamente, a Revisão do Plano Diretor Municipal e a aprovação do Plano Pormenor das Salinas, tendo em vista a potenciação do desenvolvimento de um espaço que contemple um conjunto de iniciativas que vão favorecer e promover o desenvolvimento turístico municipal. -----

----- Terminou a intervenção salientando que neste ponto não tem dúvidas sobre o interesse público municipal, ainda que, obviamente, conte com o bom senso da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Sal de Rio Maior, C.R.L., para que este investimento não colida com o interesse paisagístico da zona de intervenção das Salinas. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** ----- -

----- Iniciou a intervenção referindo-se aos pontos XXII, XXIII, XXIV e XV da Ordem de Trabalhos e disse que, de um modo geral, se as informações dos serviços forem positivas e se forem cumpridas determinadas regras básicas, o Interesse Municipal é sempre considerado. Opinou que, relativamente a estes pontos, se deve ter procedimento idêntico, até por uma questão de igualdade entre os municípios. Referiu ainda que estas empresas já licenciaram as instalações e estão a trabalhar, mas fizeram ampliações que querem regularizar. Disse que as Declarações de Interesse Público Municipal vêm ultrapassar questões de gestão territorial referindo que mais tarde as obras de ampliação serão licenciadas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do Vereador **João Teodoro Miguel** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Segundo informação técnica prestada pelo município esta aprovação carece de um parecer prévio do ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade. Ora o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade foi extinto por fusão e integração do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, com efeitos reportados a dezasseis de outubro de dois mil e treze. Recomendo que o parecer seja corrigido”. -

----- A Presidente voltou à sala de reuniões. -----

----- **PONTO XXVI – PROPOSTA DE PROCEDIMENTO – PIMUS – CONSTRUÇÃO DE CICLOVIAS E ARRUAMENTOS – CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA EM RIO MAIOR/ASSEICEIRA – EXECUÇÃO DE OBRAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar os projetos técnicos de execução bem como respetivas estimativas orçamentais dos Lotes 1 e 2 propostas na informação AS57/17. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Interveio para dizer que este assunto foi presente à Reunião de Câmara de 26-05-2017 tendo sido aprovado e posteriormente revogado na Reunião de Câmara de 22-09-2017. Disse ainda que foi informado que esta proposta atualizada integra todos os requisitos que acautelam e garantem a submissão positiva da candidatura. Questionou se foram acautelados os acessos a esta submissão. -----

----- Seguidamente disse que na minuta e na informação dos Serviços para o Lote 1 designado “Requalificação dos Serviços Urbanos” foram mencionadas as ruas Mariano de Carvalho e do Mercado, constatando-se posteriormente que nas peças seguintes são indicadas quatro ruas: a Rua Mariano de Carvalho, a Rua do Mercado, a Rua José Pedro Inês Canadas e a Rua João Teodósio Barbosa. Finalizou a intervenção solicitando esclarecimentos sobre esta incongruência e a eventual correção se tiver de ser feita. -----

----- **DR.LUÍS VICENTE** -----

----- O Técnico Luis Vicente prestou todos os esclarecimentos solicitados pelo Vereador João Teodoro Miguel. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXVII – PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO MUNICIPAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando a informação subscrita pela Técnica Superior de Educação, datada de 11.12.2017, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e para os efeitos previstos na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, deliberou submeter o Plano Estratégico Educativo Municipal à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXVIII – APOIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E DESPORTIVA DE CASAIS MONIZES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação

emitida, aprovar o pedido de Apoio Financeiro para a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Casais Monizes, para a conclusão da reconstrução da Capela de Casais Monizes no valor de 5.000,00€. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XXIX – APOIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E DESPORTIVA DE CASAIS MONIZES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é: -----

----- 1 - Revogar deliberação de Câmara de 22/09/2017 sobre aprovação do projeto de arquitetura proposta pela informação 40/2017/UOPEAFPC; -----

----- 2 – Aprovar revisão do projeto técnico de execução e estimativa orçamental propostas pela informação AS59/17. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não houve inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram treze horas e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____